



REFLEXÕES SOBRE OS ESPAÇOS RURAIS: CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL BRASILEIRO

REFLECTIONS ABOUT RURAL AREAS: PATHWAYS FOR BRAZILIAN RURAL
DEVELOPMENT

Jayme Bezerra Menezes Neto

jaymebmneto@gmail.com

Resumo

Caracterizado por uma grande heterogeneidade e caráter multissetorial, o ambiente rural no Brasil apresenta grande complexidade sobre como conduzir e orquestrar tomadas de decisões e políticas públicas mais realistas às particularidades de cada região. O trabalho apresenta uma revisão bibliográfica sobre os principais conceitos de espaços rurais e suas implicações para as concepções de políticas relacionadas ao desenvolvimento rural no Brasil. Para isso, buscou refletir sobre alguns aspectos apresentados sobre o tema, abordando diferentes perspectivas sobre os desafios que surgem a partir de análises distintas sobre essa problemática, assim como sobre análises de dados demográficos. Assim, este artigo pretende mostrar que, apesar de não existir um consenso sobre quais seriam os caminhos mais adequados para o Desenvolvimento Rural brasileiro, especialmente em relação aos critérios classificatórios, existe certo entendimento dos determinantes das dinâmicas territoriais de desenvolvimento em áreas predominantemente rurais, focando principalmente na melhoria da vida dos habitantes, na preservação do meio ambiente e maior participação dos sujeitos sociais envolvidos neste processo.

Palavras-Chave: Desenvolvimento rural; políticas públicas; ruralidade; desenvolvimento territorial.

Abstract

Characterized by a great heterogeneity and multisectoral character, the rural environment in Brazil presents great complexity on how to conduct and orchestrate decision - making and public policies more realistic to the particularities of each region. The paper presents a bibliographical review about the main concepts of rural spaces and their implications for the conceptions of policies related to rural development in Brazil. In order to do so, it sought to reflect on some aspects presented on the subject, approaching different perspectives on the challenges that arise from different analyzes on this issue, as well as on analyzes of demographic data. Thus, this article intends to show that, although there is no consensus on what would be the most suitable paths for

Brazilian Rural Development, especially in relation to the classification criteria, there is a certain understanding of the determinants of territorial development dynamics in predominantly rural areas, focusing mainly in the improvement of the life of the inhabitants, in the preservation of the environment and greater participation of the social subjects involved in this process.

Keywords: Rural development; public policy; rurality; territorial development.

Introdução

Como mudar a imagem de um meio urbano relacionado ao progresso e um meio rural visto ainda, muitas vezes, como retrógrado? Esta questão continua atual quando observamos que a ruralidade é ainda entendida como sinônimo de atraso e que pouco contribui para um verdadeiro desenvolvimento nacional. Percebe-se que continua ocorrendo um grande paradoxo no que diz respeito à valorização dos ambientes rurais brasileiros. As contradições aparecem tanto nas divulgações economicistas sobre os rendimentos das safras, no incremento do PIB pelo volume da produção agrícola brasileira, assim como no poder financeiro e tecnológico das grandes empresas do setor agroindustrial. Por outro lado, as imagens dos conflitos agrários na questão da posse da terra, a queda da renda agrícola no setor da agricultura familiar e a ineficácia de algumas políticas voltadas para os pequenos produtores vão também contribuindo para a percepção que se forma sobre o meio rural.

No entanto, estes não são os únicos elementos dessa realidade. Na diversidade do rural brasileiro não há apenas um meio agrícola, mas realidades distintas do ponto de vista fundiário, produtivo e social. Questões históricas, legais e ambientais impõem situações particulares, onde os biomas locais também condicionam a forma como as pessoas do campo se relacionam com a natureza. Além do trabalho e da sobrevivência, a interação entre as pessoas, e delas com o meio ambiente, compõem espaços de vida, cultura e influência mútua (BEZERRA; BACELAR, 2013).

A crescente diversificação das formas de uso da terra nos espaços identificados como rurais passam a concentrar diferentes funções e atividades, incluindo: turismo, serviços diversos, conservação da natureza e das paisagens, produção de energia, exploração mineral, local de moradia para pessoas não vinculadas a atividades agrícolas, entre outras. (DELGADO et al, 2013, p. 153).

Em razão dessa diversificação observada nos espaços rurais, alguns autores (Wanderley, 2009; Veiga, 2006; Graziano da Silva e Del Grossi, 2000; Carneiro, 1998) destacaram o surgimento de uma nova concepção de ruralidade, resultado da convergência de fatores como o aumento da preocupação com a conservação do patrimônio natural; a intensificação de outras atividades econômicas e de outros interesses sociais no meio rural, para além da prática agrícola e da produção de alimentos. Como consequência, as áreas rurais passaram a ser consideradas como

construções sociais específicas e diversificadas. Desta forma, no plano das relações entre os espaços rurais e urbanos, vários autores têm se posicionado a favor da revisão dos critérios classificatórios adotados, por exemplo, pelo IBGE (ABRAMOVAY, 2001; FAVARETTO, 2010; KAGEYAMA, 2004; WANDERLEY, 2010; VEIGA, 2002).

Para além do rural agrícola, produtivista e setorial, surgem também abordagens alternativas e definições, por vezes, conflitantes. O rural pode ser visto como espaço de consumo e preservação do ambiente e das paisagens; o rural mais ou menos conectado ou similar ao urbano (acessível ou remoto; demograficamente vazio ou mais densamente povoado) e o rural capaz (ou incapaz) de tornar-se competitivo em um mercado global (ESPON, 2010).

Ademais, a definição do que seja exatamente desenvolvimento rural tem variado ao longo do tempo, contudo destaca-se geralmente a melhoria do bem-estar das populações rurais como o objetivo final. As diferenças, no entanto, surgem nas estratégias escolhidas, na hierarquização dos processos (prioridades) e nas ênfases metodológicas. Além disso, são fundamentadas em leituras de realidade, interpretações e objetivos distintos, onde o discurso político e acadêmico é revelador das concepções adotadas e dos diversos interesses envolvidos (NAVARRO, 2001).

Considerando as transformações ocorridas nas últimas décadas, verifica-se a emergência, no campo das políticas públicas, de uma pluralidade de metanarrativas que passam a orientar a intervenção dos governos e das agências multilaterais em relação à agricultura e ao mundo rural, influenciando, não apenas os instrumentos de intervenção, em seu desenho e modos de implementação, mas também as práticas, imagens e símbolos que constituem o rural na experiência dos distintos atores sociais (FAVARETO, 2010).

Um dos principais dilemas da ação do Estado nas suas tentativas de promover o desenvolvimento rural é esse lugar institucional da ideia de rural [...]. Seu caráter tido como residual e sua associação automática à ideia de pobreza e de atraso restringem de partida as possibilidades de investimentos científicos, políticos e econômicos, o que contribui para gerar um ciclo em que essa posição marginal é sempre reforçada, seja simbólica, seja materialmente (FAVARETO, 2010, p. 91).

Este tema vem sendo objeto de crescente preocupação de estudiosos e gestores governamentais, na busca da construção de caminhos possíveis e mais adequados às realidades complexas da atualidade a partir de discussões para formulações de propostas voltadas para o desenvolvimento rural e políticas públicas. Portanto, neste artigo pretende-se auxiliar na análise das diferentes percepções sobre o universo do Rural brasileiro e apreender a sua multidimensionalidade a partir de bases normativas, teóricas e metodológicas. Para isso, faz-se necessária uma revisão bibliográfica sobre alguns conceitos referentes ao meio rural e a

identificação de variáveis analiticamente complexas que influenciam para a estruturação e tipologia do mundo rural, como ocupacionais, ambientais, tamanho das comunidades, densidade populacional, homogeneidade e heterogeneidade das populações, diferenciação, estratificação e complexidade social, mobilidade social, migrações e sistema de integração social.

Assim, esse artigo pretende mostrar que não existe consenso sobre quais seriam os caminhos mais adequados para o Desenvolvimento Rural brasileiro, especialmente sobre critérios classificatórios, e pretende-se analisar elementos que fundamentem a compreensão das concepções e as especificidades do mundo rural brasileiro contemporâneo. Portanto, neste estudo pretende-se abordar as influências de novas concepções teóricas dessa temática nos estudos que indicam as principais tendências e problemáticas, para pensar em soluções aos impasses do desenvolvimento rural e das políticas públicas, envolvendo a questão agrária, inovação e tecnologia, educação do campo, pluriatividades, crédito e extensão rural, sustentabilidade e políticas sociais.

O que é rural?

A delimitação dos espaços rurais no Brasil remonta às décadas de 1940-50, e é definida por oposição e exclusão as áreas consideradas urbanas. Segundo o Censo Demográfico, “Rural é a área externa ao perímetro urbano de um distrito, composta por setores nas seguintes situações: rural de extensão urbana, rural povoado, rural núcleo, rural e outros aglomerados, rural exclusive aglomerados” (IBGE, 2002. p. 66).

Deste modo, todo o espaço de um município que não corresponder às áreas urbanas ou distritais é definido como rural. Nesse sentido, o espaço rural é percebido como aquilo que sobra das cidades, uma vez que a estratégia do modelo de desenvolvimento executado a partir desse período histórico concentrava o foco de sua intervenção sobre as áreas urbanas, em particular sobre os grandes centros metropolitanos. Portanto, tal definição é eminentemente físico-geográfica e arbitrária, na medida em que não avalia as relações econômicas e sociais que constituem esses espaços (MEDEIROS et al., 2014).

Conforme lembra Wanderley (2010), essa definição e os requisitos necessários para a constituição e reconhecimento de uma cidade são objeto de questionamento, pois para serem reconhecidas como tais, basta possuir, pelo menos, dois tipos de equipamentos públicos.

Dos elementos inicialmente convocados para delimitar a especificidade do rural, resta a pequena dimensão dos aglomerados (NEWBY, 1983). O autor reitera que:

Ler o rural corresponde assim a analisar, em função de um determinado objetivo ou perspectiva, estes povoados, onde, de um local a outro, predominam atividades econômicas e sociais diversas, prevalecem vertentes culturais e relações sociais

diferenciadas e a propriedade fundiária ocupa lugares distintos na vida social e política (Ibid., 2001, p. 56 apud KAGEYAMA, 2004, p. 381).

Dos anos 90 em diante, a própria significação do que é o “rural” tem sido objeto de debate entre os estudiosos do tema, e seus significados vêm sendo redimensionados, deixando para trás sua identificação com o meramente agrícola. Desta forma, como mostra Marsden (1995), a existência de um processo de revitalização das formas de produção no meio rural é um indicativo da emergência do fenômeno da pluriatividade. Deste modo, para se compreender a dinâmica dos espaços rurais, faz-se necessário ir além dos métodos tradicionais, aqueles associados ao sistema agroalimentar, procurando-se entender como o atual estágio de desenvolvimento acaba redefinindo física, cultural e socialmente tais espaços.

A expressão “Novas Ruralidades” pode ser, sinteticamente, representada pela ideia de que o “mundo rural é bem maior que o agrícola”, especialmente após o Projeto Rurbano, coordenado por Graziano da Silva (1997), mostrando que o Brasil reduziu o abismo histórico entre campo e cidade e que existe uma crescente diversificação de atividades no mundo rural.

Enquanto as atividades agrícolas foram reduzindo sistematicamente o nível de ocupação, cresceu o número de pessoas ocupadas nas atividades não agrícolas no meio rural brasileiro, propiciando uma remuneração significativamente maior nos setores de prestação de serviços, comércio e indústria, em relação às obtidas nas atividades rurais ligadas à agropecuária tradicional (SILVA; CLAYTON, 2000, p. 8).

Desta forma, os autores revelaram que diminuiu o emprego agrícola desde meados da década de 80, mas a população rural, ao contrário do que se esperava, cresceu no mesmo período. É como se houvesse uma compensação de perdas de postos de trabalho no setor agrícola pela criação de inúmeras novas atividades não agrícolas no meio rural.

Portanto, a expressão “novo espaço rural brasileiro”, na definição de Silva e Clayton (2000), apoia-se em quatro principais características:

Uma agropecuária moderna, baseada em “commodities” e integrada às agroindústrias; um conjunto de atividades de subsistência, com uma agropecuária rudimentar, que visa primordialmente a manter a população no meio rural; um exército de trabalhadores rurais sem-terra e sem emprego fixo; um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a vários afazeres industriais e de prestação de serviços; além de novas atividades agropecuárias voltadas para nichos de mercado (SILVA; CLAYTON, 2000, p. 10).

A pluriatividade é, também, uma das formas modernas de integração campo-cidade, no sentido de criar, nas cidades, espaços de absorção do trabalho em disponibilidade nas áreas rurais.

Como bem descreve Sergio Schneider (2000) “Não se trata da perda de importância das atividades propriamente agrícolas [...] mas de um processo de diversificação produtiva nestes espaços” (SCHNEIDER, 2000, p. 15).

Observa-se que a pluriatividade é uma estratégia das famílias para complementar a renda coletiva, com ocupações fora do sítio da força de trabalho familiar disponível e encaminhar profissionalmente os filhos que não sucederão aos pais na mesma atividade. A relação com o dinamismo urbano-industrial, do qual depende a oferta de empregos no próprio local, é incontestável; mas esse fato não autoriza que se subestime a centralidade da família e do projeto de valorização do seu patrimônio, mesmo quando as rendas das atividades externas forem superiores às obtidas na agricultura (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

Outro elemento central destacado por vários estudos sobre o assunto são os laços de solidariedade, não só nas estratégias de reprodução dos habitantes do campo, mas também na busca de legitimidade e eficácia das próprias intervenções do Estado (BRANDÃO, 1999; ABRAMOVAY, 2003 B; CARON; SABOURIN, 2003; SABOURIN, 2009; TONNEAU; SABOURIN, 2007).

Conceitos e critérios sobre o mundo rural

Para um dos pioneiros no estudo deste assunto, José Eli da Veiga (2002), os critérios utilizados para demarcar as divisões territoriais nos diversos países são, em sua maioria, anacrônicos e não resultaram de nenhuma necessidade relacionada com o que hoje se denomina desenvolvimento territorial. Já Terluin (2003) em estudo relacionando desenvolvimento econômico e área rural, adota como unidade de análise a ‘região rural’ assim definida:

Uma unidade territorial com cidades circundadas por grandes áreas de espaço aberto, com uma economia regional compreendendo atividades agrícolas, industriais e de serviços e uma população com densidade relativamente baixa (TERLUIN, 2003, P. 328-329).

Como aponta Abramovay (2003), apoiando-se no princípio de que ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial, mostra que três aspectos básicos caracterizam o meio rural: a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano. O bem-estar econômico das áreas de povoamento mais disperso depende da atividade econômica das cidades próximas e mesmo dos grandes centros urbanos mais afastados. Para ele, a ruralidade pode ser entendida como:

Uma relação em que a biodiversidade e a paisagem material aparecem como trunfos e não como obstáculos ao desenvolvimento; uma certa relação com as cidades (de onde vem parte crescente das rendas das populações rurais) e a relação dos habitantes entre si (que pode ser definida pela economia de proximidade, por um conjunto de laços sociais que valorizam as relações diretas de interconhecimento): essas características oferecem perspectivas promissoras ao processo de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2003, p. 13).

Assim, o autor identifica a importância das formas de uso social dos recursos naturais, onde se destacam aquelas relativas à valorização e aproveitamento das amenidades naturais, à conservação da biodiversidade e à utilização de fontes renováveis de energia. Também fica claro que as relações de proximidade permanecem como um traço distintivo da ruralidade (ABRAMOVAY, 2003).

Portanto, a política de desenvolvimento territorial, iniciada em 2003, representa uma significativa inovação para pensar o rural. Os territórios, de acordo com a definição oficial, constituem-se em um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais. Para a delimitação dos chamados territórios de identidade, utilizaram-se critérios que visaram a identificar municípios com baixa densidade populacional, maior concentração do público prioritário do MDA (agricultores familiares, famílias assentadas, beneficiários do reordenamento agrário) e alguma governança pública (DELGADO; LEITE, 2011). Tratava-se de executar políticas de apoio aos segmentos prioritários não por meio de ações municipais, mas sim de maior abrangência.

Os autores Wanderley e Favareto (2013) destacam que o rural se expressa enquanto forma territorial da vida social, rompendo assim com a visão economicista do rural como território da produção agropecuária. Também indicam a interdependência entre os espaços rurais e as cidades, mostrando que o desenvolvimento rural deve ser considerado como um projeto de sociedade. Focalizam a singularidade do rural brasileiro, que não pode ser visto como uma categoria anacrônica, independente do tempo e do lugar, pois guarda direta correspondência com a trajetória da formação social brasileira.

O rural brasileiro conserva uma expressiva heterogeneidade, a qual se manifesta em escalas diferentes dos grandes subespaços nacionais até à heterogeneidade que se apresenta nas diferentes formas predominantes de propriedade de terra e de organização econômica e social. [...] o vazio institucional que se observa nas formas de regulação territorial do rural brasileiro [...] se explica pelo caráter periférico e residual conferido a estes espaços na trajetória do desenvolvimento do Brasil (WANDERLEY; FAVARETO, 2013, p. 413).

Esses autores também revelam as características que o rural tomou nos marcos da sociedade urbano-industrial, chamando a atenção para como “as estratégias de modernização do Brasil reforçaram o caráter periférico atribuído ao rural” e, como isso, repercutiu na definição legal que não confere substância ao rural. Alertam que se faz “necessária uma referência para o meio rural brasileiro como aquela que se tem para o urbano”; ou seja, referem-se ao Estatuto das Cidades (WANDERLEY; FAVARETO, 2013. p, 414).

Desta maneira, reconhecem a existência de uma população rural sociologicamente diversificada, que expressa uma forte demanda por um “enraizamento em seus lugares de vida e de trabalho”, mas que foi historicamente excluída do processo de desenvolvimento. Portanto, afirmam os autores, resulta disso “a dimensão da pobreza rural e a fragilidade das condições do exercício das outras formas de agricultura” (WANDERLEY; FAVARETO, 2013. p, 459).

Todavia, embasados nas reflexões sobre a ruralidade brasileira, os mesmo autores acima citados formulam três propostas que permitem reconhecer e consolidar o mundo rural: a) Um pacto pela paridade entre as regiões rurais e urbanas no Brasil; b) Um Estatuto do Rural ou uma Lei de Desenvolvimento Rural Sustentável, para transformar o pacto pela paridade em um compromisso público e criar uma definição do que é o rural mais substantiva, estabelecendo quais são as competências ministeriais que precisam ser mobilizadas para organizar os investimentos públicos necessários e definir o que cabe ao governo federal, aos estados e aos municípios; c) Uma Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável para o fortalecimento da produção agropecuária, promoção da qualidade de vida nas regiões rurais, provendo serviços e equipamentos sociais ou infraestruturas capazes de ampliar as oportunidades das pessoas e a inserção competitiva com diversificação das economias regionais, explorando suas novas vantagens comparativas. Outro eixo importante desta política deverá ser a participação social ou a diversificação dos atores envolvidos na gestão social do desenvolvimento (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

Logo, apresentam uma concepção não produtivista em que a ruralidade é entendida a partir da forma como se organiza a vida social, considerando: “o acesso aos recursos naturais e aos bens e serviços da cidadania; a composição da sociedade rural em classes e categorias sociais; os valores culturais que sedimentam e particularizam os seus modos de vida” (WANDERLEY; FAVARETO, 2013. p, 415).

Dessa forma, pressupõe a compreensão dos espaços rurais em suas múltiplas dimensões: física (ocupação do território e os seus símbolos), do vivido (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade) (WANDERLEY, 2000, p.70).

Seguindo o mesmo raciocínio, ao longo das últimas décadas, algumas pesquisas buscaram captar estas características estruturantes e traduzi-las em tipologias territoriais ou em tentativas de compreensão de tendências marcantes no desenvolvimento rural. Uma primeira menção deve ser feita aos estudos de José Eli da Veiga (1998, 2001, 2004) e sua tentativa de oferecer uma tipologia rural-urbano alternativa às formas de classificação usuais no Brasil. Nesses trabalhos o autor insiste em que o entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra, única no mundo, segundo a qual é considerada urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), independente de suas características estruturais ou funcionais.

Continuando na mesma linha de debate, de acordo com Kageyama (2004), a discussão sobre a definição de rural é praticamente inesgotável, mas parece haver um consenso sobre os seguintes pontos:

a) rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades e vilas adjacentes (KAGEYAMA, 2004. p 14).

Outros programas também buscaram aprofundar as pesquisas sobre o entendimento dos determinantes das dinâmicas territoriais de desenvolvimento em áreas predominantemente rurais. Ao apresentarem uma estratégia para a construção da tipologia das ruralidades brasileiras, Bitoun et al. (2014) buscaram incorporar dimensões que permitissem subsidiar nas políticas públicas a revalorização das representações sociais do rural, ressaltando sua diversidade no contexto da urbanização extensiva; a nova consciência ambiental e da emergência de múltiplos sujeitos que procuram ser ativos protagonistas na definição e implementação de políticas públicas de desenvolvimento agrário e rural (BITOUN et al., 2014). Em consequência, colaborando para os estudos sobre os espaços rurais brasileiros, Jan Bitoun e Livia Izabel Bezerra de Miranda encontraram 26 tipos regionalizados que configuram uma representação da diversidade do território nacional focado a partir do seu mundo rural. (BITOUN, J.; MIRANDA, 2015).

Desenvolvimento rural

Celso Furtado já defendia que o desenvolvimento ideal ocorre quando a “capacidade criativa do homem se volta para a descoberta de suas próprias potencialidades, quando se empenha em enriquecer o universo de que participa”, ou seja, “quando a acumulação conduz à criação de valores que se difundem na coletividade” (FURTADO, 1995.p 05).

Por sua vez, tratando sobre o tema do desenvolvimento rural, Veiga (2000) demonstra que este não existe como fenômeno concreto e separado do desenvolvimento urbano e indica alguns elementos que favorecem (ou compõem) o desenvolvimento rural na integração mercantil com cidades da própria região:

O dinamismo econômico das cidades de médio porte, principalmente pela criação de atividades “terciárias”, favorece o desenvolvimento das comunidades rurais “adjacentes”; e a combinação de uma agricultura familiar consolidada com um processo de urbanização e industrialização endógeno e descentralizado, gerando um mercado local de consumo de produtos diversificados e fornecimento de matérias-primas e mão de obra rural para a indústria local (VEIGA, 2000, p. 195).

Percebe-se nestas concepções que a ideia de desenvolvimento rural deve incluir aspectos sociais e ambientais; indo muito além do simples crescimento econômico medido pelo aumento do PIB per capita. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por exemplo, propõe-se a captar apenas três dimensões (longevidade, educação e padrão de vida), mas representou um enorme esforço institucional para obter medidas comparáveis para todos os países. Esta mudança de enfoque ficou evidente a partir de 1990, com a publicação do primeiro Relatório sobre Desenvolvimento Humano, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), quando o crescimento do Produto Interno Bruto per capita dos países passou a ser considerado insuficiente como medida do desenvolvimento. O IDH passa então a ser incorporado, não apenas nas análises acadêmicas, mas nas avaliações e programas políticos (KAGEYAMA, 2004).

Como parte de suas preocupações com as questões do rural, a professora Ângela Kageyama apresentou um Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) composto por quatro índices parciais, contemplando os aspectos populacional, econômico, social e ambiental. Combinando diferentes fontes de dados, o IDR foi calculado para os municípios do Estado de São Paulo, que foram classificados em três faixas de desenvolvimento rural (alto, médio e baixo) (KAGEYAMA, 2004).

De acordo com Van der Ploeg et al. (2000), o paradigma da modernização da agricultura foi sendo substituído pelo paradigma do “desenvolvimento rural”, no qual se inclui a busca de um novo modelo para o setor agrícola, como a produção de bens públicos (paisagem), a busca de sinergias com os ecossistemas locais e a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala.

Portanto, nesta perspectiva, o desenvolvimento rural é um processo multinível, multiatores e multifacetado. Isto ocorre tanto num nível global, a partir das relações entre agricultura e sociedade; num nível intermediário, como novo modelo para o setor agrícola, com particular atenção às sinergias entre ecossistemas locais e regionais; e num terceiro nível da firma individual,

destacando-se as novas formas de alocação do trabalho familiar, especialmente a pluriatividade. Desta forma, novas práticas como administração da paisagem, conservação da natureza, agroturismo, agricultura orgânica, produção de especialidades regionais, vendas diretas, etc., fazem do desenvolvimento rural um processo multifacetado, em que propriedades que haviam sido consideradas “supérfluas” no paradigma da modernização podem assumir novos papéis e estabelecer novas relações sociais (PLOEG et al., 2000).

Por sua vez, Navarro (2001), mostra que, nos anos 70, um conjunto de programas foi implementado nas regiões mais pobres do país, sob a égide do desenvolvimento rural. Em tal contexto, a transformação social e econômica foi entendida como o resultado do processo de mudança produtiva na agricultura, que foi identificado como a absorção das novas tecnologias do padrão tecnológico então difundido, o que acarretaria aumentos da produção e da produtividade e, assim, uma suposta e virtuosa associação com aumentos de renda familiar.

A tônica neste período foi justamente a ausência de políticas estruturais para o mundo rural, ficando suas possibilidades de melhoria restritas à adequação às políticas macroeconômicas e de incremento tecnológico ou aos programas pontuais apoiados por organismos internacionais, na maior parte das vezes, em resposta a situações de efervescência social (NAVARRO, 2001).

No caso brasileiro, isso pôde ser percebido com a instituição de uma forte modernização tecnológica, uma crescente integração da atividade agrícola aos complexos agroindustriais, e a formação de um padrão corporativista de organização do agro em que cabia ao Estado, a um só tempo, o papel de indutor da economia e de repressor dos conflitos que daí emergiam (FAVARETO, 2010, p.304).

A partir dos anos 80, com as forças neoliberais enfraquecendo fortemente o papel do Estado na condução de suas políticas, igualmente retirariam o desenvolvimento rural da cena de discussões. Em seguida, o debate sobre o desenvolvimento rural caracteriza-se por uma percepção acerca da aparente impossibilidade do desenvolvimento. (NAVARRO, 2001).

Neste contexto, surge um conjunto de expressões como desenvolvimento agrícola (ou agropecuário), se referindo exclusivamente às condições da produção agrícola e/ou agropecuária e suas características, no sentido estritamente produtivo. Segundo Navarro, outra expressão correlata é desenvolvimento agrário:

Que se refere a interpretações acerca do “mundo rural” em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões, e não apenas à estrutura agrícola. Sob tal expressão, as condições próprias da produção (o desenvolvimento agrícola) constituem apenas uma faceta, mas a análise centra-se usualmente também nas instituições, nas políticas do período, nas disputas entre classes, nas condições de acesso e uso da terra, nas relações de trabalho e suas mudanças, nos

conflitos sociais, nos mercados, para citar alguns aspectos (NAVARRO, 2001, p. 87).

Para o autor, o desenvolvimento rural trata de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural. Neste caso, o Estado sempre esteve presente à frente de qualquer proposta de desenvolvimento rural, como seu agente principal:

Por ser a única esfera da sociedade com legitimidade política assegurada para propor (e impor) mecanismos no sentido da mudança social, o Estado funda-se para tanto em uma estratégia pré-estabelecida, metas definidas, metodologias de implementação, lógica operacional e as demais características específicas de projetos e ações governamentais que têm como norte o desenvolvimento rural (NAVARRO, 2001. p, 87).

Outra expressão também bastante utilizada é desenvolvimento local, que deriva, segundo o autor, da multiplicação de ONGs que, por atuarem normalmente em ambientes geograficamente mais restritos, lentamente instituíram seu raio de atuação em tais ambientes e, em decorrência, criaram uma estratégia de ação local, que se tornou ainda mais acentuada por oposição aos impactos dos processos globalizantes. A outra mudança que ocorreu refere-se aos processos de descentralização e transferência de responsabilidades do Estado, o que valorizou, no caso brasileiro, o município (NAVARRO, 2001).

Surge então uma série de programas de pesquisa e iniciativas de políticas na tentativa de dar conta das mudanças que foi passando o rural nas décadas seguintes e a necessidade que elas traziam em passar de um enfoque setorial a outro de caráter territorial (FAVARETO, 2010b).

Mesmo assim, um quadro geral das principais políticas e programas voltados para a promoção do desenvolvimento rural em países da América Latina. no decorrer dos anos 1990, deixa bastante claro o viés setorial dessas iniciativas. No Brasil, o lugar institucional do principal programa de desenvolvimento rural – o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – sempre esteve vinculado às rubricas orçamentárias e aos fluxos da hierarquia administrativa federal, relativos aos programas de combate à pobreza. No caso brasileiro, o conjunto de políticas que precisariam estar combinadas para promoção do desenvolvimento rural fica disperso em estruturas ministeriais diferentes (FAVARETO, 2010b).

O modelo de desenvolvimento rural é entendido de forma restrita, na perspectiva setorial dominante, como a modernização da agricultura. Assim, [...] tem como princípio fundamental a associação entre a capacidade de transformação e a dimensão da propriedade, de tal forma que só os grandes proprietários, em condições de oferecer as garantias para o acesso ao crédito bancário, poderiam ser considerados os agentes da modernização e do progresso. Pequenos agricultores de todos os matizes, nessa perspectiva, têm contestadas suas formas

de acesso à terra e suas formas de produzir frequentemente desqualificadas (WANDERLEY; FAVARETO, 2013, p. 438).

Portanto, quando não é compreendido a partir de sua multissetorialidade, em que a agricultura é parte dos modos de vida e das relações da população com os recursos ambientais, o modelo de desenvolvimento inibe o exercício dos direitos à cidadania, dificultando a participação democrática e a gestão social nos processos que envolvem as políticas públicas (MIRANDA; SILVA, 2013). Como reiteram Wanderley e Favareto (2013, p. 416), “As formas de regulação territorial do rural brasileiro caracterizam-se pelo vazio institucional, fator que se explica pelo caráter periférico e residual conferido a estes espaços nas estratégias e na ideologia do desenvolvimento”.

Desta forma, as políticas de dinamização econômica e fomento à inovação ficam restritas aos que apresentam potencialidades competitivas. Assim, os programas e as estruturas governamentais para o atendimento de populações em situações de precariedade social são direcionados às áreas rurais, atribuindo ao rural somente o lugar do atraso e da pobreza. No entanto, os investimentos produtivos são capturados pelos agentes mais tradicionais do agro, reforçando sempre a mesma visão baseada na valorização dos recursos primários (FAVARETO, 2010b).

Nesta tendência, caracterizada sobretudo pela dinâmica econômica concentrada na produção, tende a aumentar a diferenciação social e a concentração da riqueza agropecuária, promovendo intensa seletividade entre os produtores rurais, onde os estabelecimentos rurais de menor porte econômico são colocados próximos da fronteira da marginalização. Fica claro que no modelo de acumulação e intensificação tecnológica, são inevitáveis os processos de especialização produtiva e aumentos de escala de produção. Este padrão econômico-financeiro dominante impõe um formato tecnológico igualmente dominante, que passa a determinar a organização produtiva dos diversos setores de produção agropecuária, “conformando a hegemonia da chamada agricultura moderna em praticamente todas as regiões agrícolas” (BUAINAIN et al, 2013).

Por outro lado, buscando identificar a presença de algumas dimensões analíticas em territórios onde houve melhoria da renda, acompanhada de redução da pobreza e da desigualdade em algumas regiões no Brasil, alguns estudos (QUAN, 2010; CERDAN; 2010; FAVARETO; ABRAMOVAY, 2011) destacam:

Uma estrutura agrária e de acesso a recursos naturais desconcentrada; vínculos duradouros com mercados dinâmicos; uma estrutura produtiva diversificada e descentralizada; presença de cidades médias no interior destes territórios e com as quais as áreas rurais mantêm relações de mútua dependência e complementaridade; tudo isso como condições para a ocorrência da última característica: que é a existência de coalizões amplas de atores que valorizam os

recursos do território e que buscam fazê-las numa direção capaz de gerar maior coesão social e o acesso menos desigual aos resultados do dinamismo econômico ali experimentado. Uma vez mais, não são as áreas de modernas lavouras nem aquelas dotadas de melhor infraestrutura onde os indicadores têm evoluído de forma convergente e positiva (BERDEGUÉ et al., 2010 apud WANDERLEY; FAVARETO, 2013, p. 453).

Análise de dados demográficos

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, responsável pelos censos demográficos, leva em consideração as legislações de cada município para subdividir o espaço territorial brasileiro em áreas urbanas e rurais¹. O resultado é que, independente do número de habitantes de uma cidade ou de uma vila, todas as pessoas ali residentes são contadas como população urbana. Assim, o censo nacional de 2010 informa que o Brasil é cada vez mais urbano, com um grau de urbanização de 84,4%. São quase 23 milhões de pessoas a mais vivendo nas áreas urbanas, em relação ao censo de 2000, quando o grau de urbanização era de 81,2%. Os próprios dados do Censo 2010 apontam para a existência de 3.921 municípios com menos de 20 mil habitantes e 4.957 municípios com menos de 50 mil habitantes, o que representa respectivamente 70% e 89% dos 5.565 municípios do país (IBGE, 2010).

Essa falta de coerência para definir a dimensão do rural brasileiro foi objeto de estudos acadêmicos, de debates e proposições do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que aprovou em suas resoluções uma proposta de recorte de ruralidade no Brasil que considere todos os municípios que tenham menos de 50 mil habitantes e menos de 80 habitantes por quilometro quadrado. Isto representaria para o Brasil, a partir dos dados do Censo 2010, que 89% dos municípios brasileiros são rurais e que esse espaço, que corresponde às suas cidades e campos, é equivalente a cerca de 90% da superfície geográfica do Brasil e abriga uma população que é próxima de 30% da população total do país (BEZERRA; BACELAR, 2014).

Outro importante indicador revelado pelo Censo 2010 é sobre o crescimento da população nos municípios de acordo com o tamanho da população, onde se constata que o conjunto dos municípios com menos de 10 mil habitantes tem taxa de crescimento negativa, ou seja, perde população. Por outro lado, os municípios de 10 a 20 mil habitantes praticamente estão estagnados, pois a taxa de crescimento é de apenas 0,07%, enquanto os municípios que crescem acima da média nacional, que é de 1,17%, são os municípios com população acima de 100 mil habitantes.

No entanto, mesmo estes estudos e debates não convenceram os gestores públicos a promoverem uma mudança significativa que corrija essas distorções que impactam negativamente

¹ Pela Lei 10.257/2001 é o município que estabelece o que é área urbana.

na vida de milhões de pessoas consideradas urbanas, mas que vivem em ambientes essencialmente ou relativamente rurais e não recebem um tratamento adequado das políticas públicas brasileiras. É desta forma que o Brasil se torna um dos países mais urbanizados do mundo. Aliás, esse fato não é consistente ao verificarem-se os aspectos demográficos e funcionais da grande maioria dos municípios e perceber o quanto preservam as características rurais do Brasil, como baixa densidade demográfica, elevado percentual de pessoas habitando o campo, predominância de paisagens naturais ou cultivadas e forte relação com a cultura dos povos do campo. Assim, uma parte significativa dos municípios concentrados em territórios rurais brasileiros tem sua população privada de serviços e infraestrutura pública (MEDEIROS et al, 2014).

Também é importante observar que os espaços essencialmente rurais, com pouca estrutura e serviços públicos precários, apresentam uma dificuldade imensa de atrair profissionais qualificados e de maior escolaridade para contribuir com a superação dessa situação e promover desenvolvimento. Contudo, o modelo de desenvolvimento implantado acabou provocando uma enorme gama de pequenos municípios, cujas sedes, por força da lei, são definidas como cidades, e é nesses pequenos municípios que vive a maior parcela da população hoje considerada rural (BEZERRA; BACELAR, 2014).

Tendências relativas ao rural brasileiro

Para melhor elucidar o que vem sendo apontado, de forma sistemática, sobre as relações entre os campos e as cidades, os autores Wanderley e Favareto (2013) apresentam algumas tendências relativas ao rural brasileiro, ao considerarem que existe neste meio uma unidade contraditória, porém coesa. Essas interdependências se tornam cada vez mais fortes com as mudanças que atingem as dimensões demográfica, econômica e social do Brasil. Eles afirmam que é difícil operar com categorias de interpretação do mundo social ou de planejamento territorial que insistam em opor, em vez integrar, as dinâmicas destes dois domínios distintos, mas complementares.

Uma primeira tendência identifica que muda o perfil demográfico do rural brasileiro. Após um intenso processo de êxodo rural, muitas regiões e municípios de características marcadamente rurais não vinham mais perdendo população. Ao contrário, um número expressivo de localidades rurais passou a atrair pessoas. Outra questão apresentada é que a agricultura ganha importância no competitivo cenário internacional, mas perde importância na ocupação de trabalho e na formação das rendas (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

Ao analisarem a evolução dos indicadores de renda, desigualdade e pobreza do conjunto de municípios brasileiros, Favareto e Abramovay (2009) mostram que a região onde se encontrava

o menor número de municípios com características de convergência em crescimento econômico positivo, com redução da pobreza e da desigualdade, era a região Centro-Oeste, aquela onde a presença da agricultura patronal é maior comparativamente à familiar. Naquela região, predominam municípios que experimentaram crescimento econômico, porém ampliando a desigualdade (FAVARETO; ABRAMOVAY, 2009).

Tratando sobre o enraizamento socioambiental da chamada “nova ruralidade” e as metamorfoses da questão Agrária, Wanderley e Favareto (2013) enfatizam que o significado das formas de posse e uso da terra tem sido um obstáculo à adoção de um estilo de desenvolvimento que se faça acompanhar de maior coesão social e de formas menos agressivas de uso dos recursos naturais. Dessa forma, a questão agrária torna-se indissociável da questão regional e da questão ambiental (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

No entanto, se é possível falar em metamorfose da questão agrária, esta se traduz pelas novas representações ideológicas hoje atribuídas ao agronegócio. De fato, camuflando a permanência da concentração fundiária, bem como a incidência das formas de trabalho degradantes, como seus fundamentos estruturais, a grande empresa agropecuária conseguiu se dissociar da velha imagem do latifúndio improdutivo e se apresentar à sociedade como partícipes da construção da sociedade moderna, através do peso econômico que assumiu, particularmente, no que se refere às exportações do País. Desta forma, “a viabilidade política de qualquer projeto de reforma da estrutura fundiária é, em consequência, fortemente abalada” (WANDERLEY; FAVARETO, 2013, p. 444).

Contudo, para uma incorporação da chamada abordagem territorial, seria preciso superar a dicotomia entre redução da pobreza e dinamização econômica. Além disso, são condições básicas obras de infraestrutura e políticas sociais. Alguns estudos e levantamentos realizados sobre os fóruns e espaços participativos criados para gerir os investimentos territoriais do Governo Federal revelam que a composição é francamente majoritária de representantes do setor agropecuário. O território ganha espaço como unidade de planejamento, mas as instituições e as forças sociais continuam sendo setoriais e o viés dos investimentos permanece sendo compensatório. Portanto os territórios continuam sendo vistos como um repositório de investimentos (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

Favareto e Abramovay (2009) já tinham levantado a hipótese sobre fatores importantes capazes de dinamizar de maneira mais duradoura algumas áreas das regiões rurais mais pobres do país, como destacamos abaixo:

- a) transferências privadas decorrentes do trabalho tanto na venda de mercadorias como no assalariamento agrícola sazonal sendo nítida a tendência de que os

indivíduos migrem de maneira provisória, gastando o dinheiro que ganharam em suas regiões de origem; b) incentivos ao aumento da produção vinculados às compras públicas; c) diversificação das economias rurais e o trabalho industrial em pequenos municípios parece acentuarem-se com a transferência (localizada, é verdade) de indústrias antes concentradas no Sudeste ou com o fortalecimento de indústrias tradicionais locais na área de têxteis e de calçados; d) a ampliação do público do Pronaf; e) as infraestruturas e a prestação de serviços públicos no Brasil interiorano ainda se encontram em situação precária, mas é inegável o avanço, sobretudo em educação, saúde e telecomunicações, com a ampliação do acesso à energia elétrica, à generalização do uso da internet e do celular; é importante mencionar também o aumento da mobilidade espacial (FAVARETO, ABRAMOVAY, 2009, p. 25).

Vemos que a expectativa de que a modernização da agricultura garantiria a modernização rural não se confirma, principalmente ao constatar-se que as transformações ocorridas, em muitos casos, agravaram as condições de vida das populações mais fragilizadas do campo. “É igualmente indiscutível o fato de que a evolução recente da produção agrícola a coloca crescentemente numa relação direta e subordinada aos setores dominantes da economia, especialmente ao capital industrial e financeiro” (WANDERLEY; FAVARETO, 2013, p. 448).

No entanto, a atividade agrícola continua fundamental para “as estratégias de reprodução de parte expressiva dos habitantes do campo”. Sem desconhecer o caráter diversificado dessas mesmas estratégias, que tentam abrir o maior leque possível de iniciativas visando à sobrevivência, dentro e fora do sítio familiar, é a existência de uma unidade familiar de produção que centraliza esse “sistema de atividades”, assegurando uma coerência ao conjunto que, por essa mesma razão, pode ser denominado “genericamente de agricultura familiar” (WANDERLEY; FAVARETO, 2013, p. 448).

Neste sentido, os autores citam Ferreira para melhor esclarecer seus argumentos:

[...] um rural onde os agricultores vêm pondo em prática estratégias de diversificação de seus estabelecimentos, de pluriatividade, de associativismo, de agroindustrialização em pequena escala, enfim, estratégias de valorização das oportunidades que o espaço local e a região oferecem para viabilizar sua reprodução tanto como agricultores quanto como rurais (Ferreira, 2002, p. 39 apud WANDERLEY; FAVARETO, 2013, p. 449).

Deve-se ter em mente, por outro lado, que o caráter moderno dessa agricultura é assegurado pela sua multifuncionalidade, a condição de agricultor não se limitando aos simples atos produtivos de “plantar e arrancar”:

[...] o significado das atividades não agrícolas não é dado pelo tipo de trabalho realizado, e sim, pela maneira como esse trabalho e a renda por ele obtida se integra à dinâmica da reprodução familiar. [...] É necessário levar em conta que

o papel da agricultura para as famílias rurais vai muito além da produção para o mercado, justamente porque ela está inserida em um modo de vida. Essa percepção da agricultura aciona o debate da multifuncionalidade da agricultura (Carneiro; Maluf, 2003, p. 181).

Considerações finais

Algumas contradições são notórias quando percebemos que o viés produtivista mostra-se insuficiente para explicar as dinâmicas econômicas e sociais do rural contemporâneo. A lógica que rege os planos diretores foi pensada como instrumento de política urbana, em que o rural é secundário ou sequer considerado (MEDEIROS et al, 2014).

Também percebemos que desaparece todo o sentido em tratar o rural exclusivamente como o oposto do urbano ou em resumi-lo apenas à dimensão agrícola. No Brasil, o projeto de modernização se fez em coerência com o peso histórico que a concentração fundiária desempenhou na conformação das configurações territoriais das regiões interioranas (WANDERLEY, 2009). Fica claro que essa concepção de ruralidade coloca como invisíveis os seres humanos que desejam ser protagonistas do desenvolvimento deste país.

Desta maneira, é necessário convencer os gestores públicos a promoverem mudanças que corrijam essas distorções, para encaminhar o país na busca da rota do desenvolvimento sustentável, combinando estabilidade econômica com redução das desigualdades, inclusão social e preservação do meio ambiente.

Pode-se perceber também que uma estratégia adequada ao meio rural é o uso da abordagem territorial, que consiste em prover o território e não obrigatoriamente cada um dos municípios, tanto de infraestruturas e serviços públicos necessários e de qualidade, como outros investimentos para o desenvolvimento do território como um todo, beneficiando toda a sua população.

Por outro lado, apesar da forte espacialidade que marca o rural, as regras do jogo continuam fortemente orientadas pelo viés setorial, na formulação das políticas e na mobilização dos atores. Sempre coube à União elaborar políticas públicas para intervir, bem como a legislação atribui à União o poder de desapropriação das áreas rurais, de recolher o Imposto Territorial Rural (ITR), de reconhecimento das populações tradicionais que nele habitam e, conseqüentemente, de assegurar seu território. Diante desta realidade, uma mudança institucional pode até ser induzida, mas somente mediante mecanismos cuja repercussão só se manifesta em termos de médio e longo prazo (FAVARETO, 2010).

Este texto tentou mostrar que o desenvolvimento rural é um grande campo de produção do conhecimento e sujeito a análises inspiradas por tradições teóricas diversas. Portanto, faz-se necessária a formação de uma coalizão entre forças sociais de distintas orientações políticas, numa aliança democratizante, que reduza gradativamente as desigualdades. Também se apresentam

tensões na questão ambiental envolvendo a preservação e ampliação de áreas, tanto para a agricultura quanto para expansão urbana. Desta forma, deve-se incluir neste contexto o primado da função social da propriedade por meio de formas responsáveis de uso social dos recursos naturais (NAVARRO, 2001).

Além disso, tem surgido uma forte vertente que defende existir, entre os novos desafios para a produção e difusão de inovações na agricultura, uma crescente inviabilidade econômica dos estabelecimentos rurais de menor porte. Assim, afirmam a necessidade de melhor ajustamento da ação governamental à inexistência de uma política de desenvolvimento rural, pois “essa nova fase pode estar marginalizando a relevância de debates nos quais, no passado, discutiram-se as regiões rurais e suas particularidades” (BUAINAIN et al, 2013, p. 105).

Observa-se desta forma que estratégias de desenvolvimento rural necessitam reconhecer, primeiramente, a “multitude dos estilos de agricultura” existentes e aqueles potenciais, qual seja, a infinita possibilidade de variações que os sistemas agrícolas e a vida rural podem assumir (VAN DER PLOEG, 1990). O estímulo às formas descentralizadas de produção e à diversificação das economias locais mostra-se claramente desejável para criar ambientes e instituições que possam favorecer a ampliação das possibilidades dos indivíduos e a diminuição dos constrangimentos negativos sobre suas escolhas.

Dessa forma, fica evidente a importância da reafirmação do rural como valor da sociedade e do reconhecimento de que os diversos grupos sociais que vivem no campo têm projetos próprios e particularidades de seus modos de viver e trabalhar, para que, desta forma, expressem uma demanda pelo acesso ao exercício pleno da cidadania e ao reconhecimento de sua diversidade.

Ademais, ações voltadas ao desenvolvimento rural demandam representações políticas ativas construídas pelas famílias rurais, além da importância de se considerar o significado da heterogeneidade nas práticas agrícolas. Portanto, desenvolvimento rural compreende mudanças em diversas esferas da vida social, as quais podem estender-se para horizontes territoriais mais amplos.

Neste aspecto, de acordo com Navarro (2001), o processo de mudanças deverá ser “múltiplo, interdependente, cumulativo e diversificado em planos territoriais e sociais variados”. Desde o interior dos estabelecimentos rurais, onde a difusão da chamada “agricultura do conhecimento” não pode ser ignorada, aos planos societários para além das cercas das propriedades, inclusive nos próprios municípios nos quais o desenvolvimento rural se associe à intensificação da participação social e ao aperfeiçoamento da “governança” local, sedimentados por uma radicalização democrática que seja a principal arma política a revalorizar o mundo rural como uma das opções da sociedade (NAVARRO, 2001).

Pode-se assim compreender que a ruralidade se constrói, igualmente, como a forma de inserção do mundo rural no conjunto da sociedade, por meio de suas relações com as cidades. Portanto, como bem indicou Maria de Nazareth Wanderley (2009):

É isto o que permite entender as relações campo-cidade como uma via de mão dupla, na qual, do ponto de vista teórico, as assimetrias e discontinuidades não significam necessariamente desequilíbrios, mas relações de complementaridade pelas quais as funções recíprocas se alimentam e são intercambiadas (WANDERLEY, 2009, p. 72).

Logo, a solidariedade entre as funções próprias do campo e da cidade são a condição central para a consolidação de uma economia de proximidade, cujas bases são dadas pela capacidade urbana de absorver os produtos materiais e imateriais oriundos do campo e de assegurar o acesso da população rural aos bens e serviços concentrados na cidade (WANDERLEY, 2009).

Referências

- ABRAMOVAY, R.; FAVARETO, Arilson. Contrastes territoriais nos indicadores de renda, pobreza monetária e desigualdade no Brasil da década de 1990. **Rurais**. V. 4. n. 1. 2011, pp.39-84.
- ABRAMOVAY, R. Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semi-árido brasileiro. In: ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre, UFRGS, 2003 b, pp. 101-123.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 149p.
- ALVES, E.; SOUZA, G. da S. e; ROCHA, D. de P.; MARRA, R. Fatos marcantes da agricultura brasileira. In: ALVES, E. R. A.; SOUZA, G. S.; GOMES, E. G. (Org). **Contribuição da Embrapa para o desenvolvimento da agricultura no Brasil**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2013. p. 1-21.
- BERDEGUÉ, Julio et. al. **Territorios en movimiento – dinámicas territoriales rurales en America Latina**. Consultado em www.rimisp.org.
- BAPTISTA, F. O. **Agriculturas e territórios**. Oeiras, Portugal: Celta, 2001. 207 p.
- BEZERRA, M. L.; BACELAR, T. As Concepções Contemporâneas De Ruralidade E Suas Singularidades No Brasil in: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel. **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras / (Organizadores da Série) -- Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21)**
- BITOUN, J.; MIRANDA, L. Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas: PRODUTO P4 B: **Proposta de Tipologia**: Versão Final. Brasília: IICA. 2014 (mimeo)

BITOUN, Jan, Livia MIRANDA, Izabel Bezerra de. A tipologia regional das ruralidades brasileiras como referência estratégica para a política de desenvolvimento rural. **Raízes**, v.35, n.1, jan-jun /2015.

BITOUN, J. La permanence du maillage administratif brésilien face aux politiques nationales de décentralisation et d'inclusion sociale. In ROSIÈRE, Stéphane et alii. **Penser l'espace politique**. Paris, Ellipses, 2010, pp. 162-178.

BUAINAIN, A. M; ALVES, E; SILVEIRA, J. M; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**. Ano XXII, Número 2, Abr/Maio/Jun. 2013. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/311>. Acesso em 23 de ago. 2016.

BRANDÃO, C. R. **O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sítiantes do Bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da Serra da Mantiqueira, em Joanópolis**. Campinas, UNICAMP, 1999. (Pesquisas).

CARNEIRO, M. J. MALUF, R. S. (Orgs). **Para além da produção; multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro, Mauad, 2003.

DELGADO, N. Concepções de Ruralidade e Políticas Públicas na América Latina e na Europa: análise comparativa de países selecionados. in: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel. **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras / (Organizadores da Série) -- Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21)**

DINIZ, C. C.; SANTOS, F. B. T. Sudeste: heterogeneidade estrutural e perspectivas. In: AFFONSO, R. B.; BARROS SILVA, P. L. (Org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP: Editora da UNESP, 1995. p. 195-223. (Federalismo no Brasil)

EPSTEIN, T. S.; JEZEPH, D. **Development: there is another way: a rural-urban partnership development paradigm**. World Development, Tarrytown, N.Y., v. 29, n. 8, p. 1443-1454, 2001.

FAVARETO, A.S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? Texto Moura, R.A.; Ferreira Neto, J.A.; Oliveira, P.C.; Ferreira, M.A.M REVISTA DE EXTENSÃO E ESTUDOS RURAIS V. 2, N. 1, P. 119-151, 2013 150 recebido em 4.4.2006 e aceito em 25.5.2006, Estudos Avançados 24 (68), 2010.

FAVARETO, A.S. As tentativas de adoção da abordagem territorial do desenvolvimento Rural – lições para uma nova geração de políticas públicas. **Dossiê: Território, sustentabilidade e ação pública** (Marc Piraux, Márcio Caniello – Orgs.), v. 28, ns. 1 e 2, jan. – dez./2009; v. 29, n. 1, jan. – jun./2010.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural-mudança institucional ou "inovação por adição"? **Estudos Avançados.**, São Paulo , v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100021&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100021>.

FAVARETO, A. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios** / Arilson Favareto... [et.al] -- Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12).

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos avançados**, 24 (68), 2010

FAVARETO, A. ABRAMOVAY, R. **O surpreendente desempenho do Brasil rural nos anos 1990**. Rimisp, Programa Dinámicas Territoriales Rurales. 2009.

FAVARETO, A.; ABRAMOVAY, R. **Desenvolvimento territorial em uma região do Semi-árido do Nordeste brasileiro** – para além das transferências de renda. Série Documentos de Trabajo n. 83. Rimisp. Santiago do Chile. 2009.

FURTADO, C. A Invenção do Subdesenvolvimento. **Revista de Economia Política**. Vol. 15, nº 2 (58) abril/jun. 1995.

GASQUES, J. G.; VERDE, C. V. M. (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. Rio de Janeiro: IPEA, 1990. v. 1, p. 113-223.

IBGE. Censo demográfico 2000: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro:, 2002. CD-ROM.

IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 25 dez. 2016.

IBGE. **Censo demográfico de 2010**. Acesso: www.ibge.gov.br.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 21, n. 3, p. 379-408, set/ dez. 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana; ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. Rural e urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas. Contemporânea – **Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun 2014, pp. 117-142.

MIRANDA, C.; SILVA, H. **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras** / (Organizadores da Série) -- Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21)

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

NEWBY, H. **The Sociology of Agriculture: Toward a New Rural Sociology**. Annual Review of Sociology. 1983 9:1, 67-81

PLOEG, J. D. V; **Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional**. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

PLOEG, J. D. van der et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, UK, v. 40, n. 4, p. 391-408, out. 2000

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUPEL, 2003. 374 p.

QUAN, J. **Territorial diversity and inclusive growth: development dynamics in the Jiquiriçá Valley, Northeast Brazil**. Documentos de Trabajo, n. 72. 2010.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil, entre troca mercantil e reciprocidade**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009

SILVA, G. J. **O novo rural brasileiro**. Campinas, SP: UNICAMP - IE, 1999. 153 p. (Coleção Pesquisas, 1).

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. *Sociologias*, v. 6, n. 11, p. 88- 125, jan/jun. 2004.

SCHNEIDER, S. Actividades rurales no agrícolas y transformaciones del espacio rural: perspectivas recientes. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá - Colômbia, v. 1, n. 44, p. 11-40, 2000.

TERLUIN, I. J. Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. **Journal of Rural Studies**, Oxford, v. 19, p. 327-344, 2003.

TONNNEAU, Jean Philippe. SABOURIN, Eric (orgs.) **Agricultura familiar; interação entre políticas públicas e dinâmicas locais**. Porto Alegre, UFRGS, 2007, Série Estudos Rurais.

UNDP (United Nations Development Programme). **Human Development Report 1999**. New York: Oxford University Press, 1999. 262 p.

VAN DEPOELE, L. The European Model of Agriculture (EMA): multifunctional agriculture and multisectoral rural development. In: **INTERNATIONAL CONFERENCE EUROPEAN RURAL POLICY AT THE CROSSROADS**, 2000, Aberdeen, Scotland. Conference Papers. Disponível em: www.abdn.ac.uk/arkleton/conf2000/. Acesso em: 29 out. 2003.

Desenvolvimento rural: conceito e medida Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004 408

VEIGA, J. E. **A dimensão rural do Brasil**. Estudos Sociedade e Agricultura. Nº 22. Rio de Janeiro. 2004

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. 197 p.

VEIGA, J. E. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília, Nead/MDA, 2001.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2002. 304p.

WANDERLEY, M. N. B., FAVARETO, A. A singularidade do rural brasileiro: implicações para tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. Parte 3, Pag. 413 a 473. In:

MIRANDA, Carlos e SILVA, Heithel (orgs.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília, IICA, 2013, pp. 413-472.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas; o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, (15): 69-129, out. 2000.

WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 17, nº 1, 2009 b, pp. 60-85.